

Uma cena decepcionante

Jair Pinheiro*

Resumo:

Este artigo visa a um duplo objetivo: discutir o conceito de classe-apoio à luz da difusão do sufrágio universal e, com base nesse aporte teórico, examinar a estratégia política do governo Lula para as classes populares.

Com o conceito de cena política, Poulantzas (1977) apresenta uma formulação teórica para as análises políticas de Marx, mormente aquela contida em *O 18 Brumário*, a respeito das lutas políticas de classes numa conjuntura em que a competição eleitoral entre as classes e frações dominantes e a luta do proletariado pelo sufrágio universal, ganham proeminência.

Em linhas gerais, esse conceito é um desdobramento do de função política geral do Estado, de coesão/representação do povo-nação, em funções específicas (classe ou fração de classe hegemônica, detentora, reinante, aliada e classe-apoio) no exercício do poder político através dos elementos específicos da estrutura jurídico-política burguesa: o direito igualitário e a organização administrativa do aparelho segundo critérios burocráticos (Cf. SAES, 1998) e, complementarmente, uma representação analítica do espaço institucional das lutas entre as classes e frações de classes dominantes pela hegemonia no interior do bloco no poder (BP).

Desse modo, o conceito tem como conteúdos basilares a luta entre as classes e frações de classes dominantes pela função de hegemonia no interior do bloco no poder, a formação do mesmo e operações de submissão das classes dominadas ao poder político do BP. Não foram contempladas pela reflexão de Poulantzas a presença das classes trabalhadoras na cena política nem a relação entre a instituição do sufrágio universal, a atividade política como carreira institucionalizada e a competição eleitoral, como uma das operações de dominação das classes dominadas.

Meu objetivo é apresentar algumas proposições que sirvam para avançar a compreensão dessas questões e, ao mesmo tempo, para a análise de um caso concreto, qual seja, a experiência do governo Lula. Dadas a complexidade e a magnitude de ambas as tarefas que compõem esse objetivo, ele será tomado com pretensões bastante modestas de contribuir para a melhor compreensão de uma e outra, já que uma explicação mais adensada dessas matérias exige um trabalho de natureza diferente do que ora se apresenta.

* Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, da Unesp/Marília e membro do NEELS.

Sufrágio e classes

O sufrágio universal precipitou todas as classes na cena política. A partir dele, as classes dominantes vêm percebendo que a estabilidade política necessária para que ela possa se dedicar aos negócios, que é o seu verdadeiro negócio, exige um mínimo de apoio político ativo das classes dominadas. Sob pressão dessas classes, as classes e frações dominantes vêm aprendendo e desenvolvendo mecanismos políticos para a obtenção desse apoio.

O processo eleitoral competitivo tornou-se o principal desses mecanismos, dado que através dele os partidos da ordem podem disputar com os populares o apoio das classes dominadas e, com isso, transformar todas as classes dominadas (inclusive as trabalhadoras) em classes-apoio.

Partidos da ordem e populares¹ propositalmente referidos no plural para explicitar o duplo processo de lutas e sua hierarquia, tanto do ponto de vista das classes dominantes como das dominadas. Por um lado, esses partidos travam uma luta em torno da ordem capitalista, na qual tendem a se apresentar como dois blocos polarizados e, por outro, uma luta interna a cada bloco pela sua direção política, quando apresentam diferentes visões em torno da manutenção ou da alternativa à ordem.

A primazia do processo eleitoral no fornecimento de legitimidade às políticas de governo, representativo do BP ou de um arranjo interno a ele, resulta de sua função de fonte básica da legitimidade liberal, ou seja, de representação do povo-nação, essa entidade constituída de indivíduos formalmente livres e iguais. Todavia, como a igualdade formal é contraditada reiteradamente pela desigualdade estrutural, essa legitimidade eleitoral precisa ser complementada pela operacional, que é aquela carreada pelas políticas públicas – universalistas e/ou focalizadas – implementadas, coordenadas e/ou regulamentadas pelas diferentes agências estatais.

Ainda aqui, continuo me apoiando em Poulantzas, pois, se em *Poder Político e Classes Sociais* este autor define o Estado como estrutura jurídico-política e não considera a presença das classes trabalhadoras na cena política; em *O Estado, O Poder, O Socialismo*, ele trata dessa presença sob o conceito de Estado como condensação de forças e o de presença subordinada das classes trabalhadoras no Estado.

Como ambas as obras oferecem diferentes conceitos para o Estado, além da polêmica sobre continuidade e descontinuidade² entre elas, convém realizar um esforço de adequação entre esses dois conceitos, pois minha premissa é que apesar de incompatíveis em alguns aspectos, elas são complementares em outros e, por isso, servem para explicar a política estatal num estágio de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC)

¹ Marx (1980) se refere a partido da ordem e partido revolucionário, no singular, na conjuntura revolucionária da França de 1848. A mim, o plural e a substituição de revolucionário por populares me parece mais adequado num contexto histórico em que a ordem capitalista além de consolidada não está em xeque por um amplo movimento revolucionário.

² Para uma análise do conjunto da obra de Poulantzas, ver Jessop (1985).

em que, por um lado, o processo eleitoral tornou-se insuficiente para legitimar todas as políticas estatais e, por outro, a necessidade de intervenção direta e indireta do Estado como gestor da força de trabalho (Cf. Brunhoff, 1985) tornou-se uma forma de legitimação das políticas de Estado. Na intervenção direta, como fornecedor de bens e serviços e, na indireta, como coordenador e articulador desse fornecimento quando ele é realizado por organizações para-estatais³, como as ONGs, por exemplo.

Para esse esforço, julgo importante considerar, por um lado, que o conceito de poder de classe, em ambas as obras, é basicamente o mesmo; embora com pequenas diferenças de formulações e, por outro, que os bens e serviços fornecidos pelas políticas públicas a título de cobrir a parte não coberta pelo salário na reprodução da força de trabalho correspondem aos interesses imediatos⁴ dos trabalhadores no MPC e, em conseqüência, também à presença deles no Estado.

Poulantzas considera que poder de classe deriva da posição ocupada pela classe nas relações de produção e na divisão social do trabalho, o que designa os lugares de dominação e subordinação e, por conseguinte, determina os limites e possibilidades de realizar seus interesses específicos. O lugar de subordinação, na economia, corresponde à subsunção formal e real do trabalho ao capital, subsunção que é subsumida na categoria de sujeito de direito na estrutura jurídico-política, ou seja, a forma igualitária dessa categoria oculta que ela tem como pressupostos os lugares de dominação e subordinação nas relações de produção.

Essa ocultação – ou subsunção dos lugares de dominação e subordinação à igualdade formal, se quisermos continuar utilizando a fórmula que designa determinação dialética – é necessária tanto para que a extração de mais-valia nas relações de produção continue aparecendo ideologicamente como uma decorrência natural e justa da troca de equivalentes, quanto para sustentar a aparência do Estado de ente universal representante dos indivíduos constituintes do povo-nação; ente que não seria determinado por um interesse de classe específico, no caso, o da burguesia.

A crítica à aparência de universalidade do Estado requer uma crítica à igualdade jurídica, ainda que breve. O pressuposto dessa igualdade é o de que ela se baseia numa forma pura, sem conteúdo determinado⁵. Justamente aí onde está sua força ideológica, está também sua fraqueza como explicação

³ Sirvo-me da semântica para designar o conjunto das organizações abrigadas sob a denominação de ONGs, por considerar essa expressão enganosa; a alternativa terceiro setor conceitualmente imprópria por ser uma autodenominação dos próprios agentes. Assim, para-estatal é utilizada para designar uma organização que apresenta características das agências estatais que têm a assistência social como sua competência precípua, sem sê-lo.

⁴ Para os conceitos de interesses imediatos e interesse fundamental, ver Wright (1981) e, para uma formulação mais capilar desses conceitos, minha tese (Pinheiro, 2000).

⁵ Para as condições formais do direito, numa perspectiva kantiana, ver Nour (2004).

empírica das relações sociais, pois, como diria Marx, quando se eleva das abstrações à concretude das relações sociais, em geral, e, de troca, em particular – já que aqui me interessa referir diretamente à troca de equivalentes, porque fundante das relações sociais capitalistas – troca-se alguma coisa.

Na relação entre capitalistas e trabalhadores, estes vendem àqueles sua força de trabalho por um salário representado em dinheiro, que já é representação monetária de trabalho não pago anteriormente extorquido dos trabalhadores. Não é por outra razão que Marx descreve o final dessa operação em termos dramáticos.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista vulgaris extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – *curtume* (1988. v. I, L. I: 145) (Grifos do autor).

A mudança e a diferença de fisionomia observadas nas personagens do drama se explicam pelo fato de que a forma jurídica igualitária é o pressuposto da tirania sobre o trabalho, realizado na unidade de produção, espaço privado do capitalista, onde o poder legisferante parlamentar é substituído pelo do capitalista privado, isto é, a igualdade jurídica é substituída pelos lugares de dominação e subordinação próprios das relações sociais de produção capitalistas e da divisão social do trabalho. Menos visível do que essa transformação da igualdade jurídica em relação de dominação-subordinação é o fato de a primeira ser pressuposto da segunda e vice-versa, num modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, é uma exigência lógica e material da extração da mais-valia que o possuidor de força de trabalho a ofereça como mercadoria à venda, pois sem isso não se completa a monetarização da economia, ficando o processo de desenvolvimento capitalista a meio caminho. Em resumo, assim como a força de trabalho é o objeto (conteúdo, portanto) dos contratos particulares entre capitalistas e trabalhadores, o trabalho abstrato o é da forma jurídica igualitária; o que fundamenta as posições de dominação-subordinação sob o manto da igualdade.

O fato histórico de que a idéia de igualdade tenha surgido no campo da religião antes de se difundir para outras esferas da vida social em nada altera o fato, também histórico, de que ela se universalizou como princípio jurídico abstrato – no sentido subjetivo – apenas quando o desenvolvimento econômico encontrou um parâmetro – trabalho abstrato, no sentido marxiano de abstração real – de igualação entre os homens, que serve de suporte material à forma igualitária subjetiva.

Claro que a luta operária tem obtido algumas conquistas desde o século XIX, mas tais conquistas têm se restringido a limitar o poder legisferante do capitalista naquilo que é seu espaço privado, mas nunca a eliminação desse espaço, pois isso implicaria a abolição do capital, entendido nos termos de Marx, como uma relação social.

No que se refere ao direito, desvio-me das contribuições de Poulantzas (1969), pois sua crítica padece de uma unilateralidade que consiste em considerar apenas a origem do direito nas relações de produção, na dupla separação operada pelo MPC entre relação jurídica de propriedade e relação econômica de apropriação real, dispensando-se de examinar como o direito opera enquanto ideologia na esfera da circulação⁶, o que permite legitimar a tirania sobre a força de trabalho.

Com relação aos bens e serviços fornecidos pelas políticas públicas, é preciso considerar que esse fornecimento foi incorporado às competências do Estado pela pressão das lutas populares. Assim, se, como observa Brunhoff, a intervenção estatal é “condicionada pelas características capitalistas da utilização da força de trabalho” (1985: 7) e pela pressão constante do capitalismo para que o salário não ultrapasse o valor cotidiano de reprodução da força de trabalho, por um lado; por outro, essa intervenção na forma de políticas públicas, além de corresponder aos interesses imediatos das classes trabalhadoras e inseri-las na disputa pelo fundo público, consagra a presença delas no interior do Estado capitalista.

Para fechar o círculo, é preciso acrescentar os partidos como agentes centrais na competição pelo voto, na formulação de políticas de Estado e no fornecimento de legitimidade a estas últimas. A definição de Cerroni (1982), de partidos como instituições formuladoras de projetos sociais, parece insuficiente para a análise do quadro partidário após a disseminação do sufrágio universal. Contudo, dado os limites de espaço e de objetivos, limito-me a constatar que a observação imediata do funcionamento das democracias representativas indica que os partidos têm dividido essa função original com outras instituições, sobretudo agências estatais no que respeita aos partidos burgueses, ao mesmo tempo em que ganhou importância a função de máquina política (Cf. Diniz, 1982) com vistas à competição eleitoral.

Ora, se o sufrágio universal precipitou todas as classes na cena política, também lançou todos os partidos na competição eleitoral. Esta, por sua vez, regida pelo imperativo da conquista do voto num contexto ideológico de mistificação⁷ dos problemas sociais – valeria a pena fazer a história do sufrágio universal desde o entusiasmo de Engels na famosa introdução de

⁶ A este respeito, ver Pasukanis (1989). Assinale-se que Poulantzas critica a abordagem desse autor; contudo, tal crítica deve-se justamente a essa unilateralidade.

⁷ Com o termo mistificação, refiro-me aos efeitos da aplicação das técnicas de comunicação de massa do *marketing* político (Figueiredo (org.), 2000). Assinale-se que essa nota crítica é minha, sendo ausente nos autores que integram a obra.

1895, até as atuais campanhas de massa – impõe aos partidos populares o dilema de fazer concessão à mistificação ou amargar uma derrota certa.

Importa destacar que a combinação do sufrágio universal com a institucionalização da política como carreira individual tem por efeito a personalização da luta política, reiterando a aparência de representação de indivíduos (eleitores) por outros indivíduos (líderes) como um fato evidente, abstraídas as posições que ocupam e/ou defendem nas relações sociais de produção. Assim, a determinação econômica (os interesses de classes cujo fundamento último são as condições de compra e venda de força de trabalho) da ação política é *transfigurada* em condicionamento exterior que constrangeria igualmente a todos os indivíduos e, a determinação política (prover legitimidade à dominação de classe), *transfigurada* em conflito entre interesses individuais e interesse público definido em termos normativos-formais, transforma-se em necessidade permanente de aperfeiçoamento institucional que os compatibilize e estabilize.

A decepção da cena

Lula foi eleito numa conjuntura de crise do projeto neoliberal. Não por acaso, um dos motes de campanha do candidato era “sem medo de ser feliz”, que, no contexto eleitoral, se opunha ao risco da mudança supostamente aventureira a ele atribuída pelo governo Cardoso, cujo mote era “estabilidade e mudança segura”. Essa fórmula marqueteira de polarização ideológica repetiu-se nas três (1994, 1998 e 2002) eleições em que PT e PSDB se enfrentaram.

No Brasil, o projeto neoliberal estabeleceu a seguinte ordem de correspondência entre as classes dominadas e a interpelação ideológica a elas dirigidas, conforme o quadro abaixo⁸.

Quadro 1

| | |
|--|--|
| Classes/frações de classes | Interpelação ideológica |
| Pequena burguesia | Defesa da ordem |
| Classe média | Ética/mercado competitivo |
| Aristocracia operária | Ética/mercado competitivo |
| Setores intermediários das classes trabalhadoras | Estabilidade, crescimento econômico e oferta de emprego. |
| Camadas pauperizadas | Políticas compensatórias executadas diretamente pelo Estado e/ou em parceria com instituições para-estatais. |

Tais interpelações ideológicas pressupõem políticas públicas que lhes dêem sustentação. Merece menção específica as políticas públicas de segurança pelo fato de elas interessarem a todas as classes sociais, embora por razões diferentes. A burguesia, por que já se deu conta de que a delinqüência em grau elevado representa um risco efetivo ao seu *ethos* social;

⁸ Esse quadro resulta do que se pode apreender do debate eleitoral, sobretudo da identificação do público alvo dos cadernos temáticos do programa de governo do PT.

a pequena burguesia e a aristocracia operária, por que se vêem como vítimas preferenciais; os setores intermediários das classes trabalhadoras e as camadas pauperizadas por que são efetivamente as principais vítimas do crime; embora estas últimas tenham uma relação ambígua com as políticas públicas de segurança, por duas razões, pelo menos.

Primeira, porque são vítimas tanto do crime como das forças policiais que supostamente o combatem e, a segunda, porque o crime organizado nas suas várias modalidades tornou-se uma alternativa efetiva de emprego para essas camadas⁹.

Retomando o fio da meada, o quadro acima exposto, no contexto do neoliberalismo, tem como contraparte a hegemonia do capital financeiro internacional no bloco no poder. Apesar de uma reclamação aqui outra acolá, de outras frações da burguesia, mormente a fração industrial; o fato é que essas frações se acomodaram ao projeto neoliberal, seja porque os lucros financeiros compensam a queda dos lucros operacionais seja porque seus interesses de classe estão entrelaçados aos do capital internacional.

Mas, tão ou mais importante que esse acordo entre as frações do bloco no poder para o sucesso do projeto neoliberal, foi a derrota política imposta às classes trabalhadoras. Para essa derrota, a burguesia contou com um aliado insuspeito, qual seja, o PT. Pelo menos até o final da década de 1990 e para muita gente, era insuspeito; embora já houvesse graves críticas da parte de dissidentes do partido¹⁰ ou de críticos estranhos às suas hostes.

Nesse ponto, duas considerações são importantes: primeira, não postulo nem endosso a tese de que o PT tivesse uma política deliberada de colaborar com o bloco no poder; pois, embora ingênua politicamente e equivocada teoricamente, sua pretensão era vir a integrar esse bloco. Pretensão marcada pela inflexão na história do partido e que transparece no modo ambíguo como é descrita a luta pela hegemonia nos documentos do partido, chegando à dicotomia Estado/sociedade, na seguinte formulação: “Engloba o trabalho nas instituições, onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado.” (Resoluções, 1998: 511, parágrafo 152). Essa concepção de luta pela hegemonia se faz acompanhar por uma interpelação ideológica pela

⁹ “O adolescente vê o tráfico como uma possibilidade de emprego? Vianna – É a política de emprego mais eficiente de nosso país. Ela não discrimina na entrada, não exige qualificação prévia, tem um plano de carreira definido, garante remuneração satisfatória e dá esperança de que ele chegue ao topo.” Entrevista do juiz Guaraci Vianna, da 2.ª Vara de Infância e Juventude do Rio de Janeiro, ao jornal Folha de São Paulo, de 12/12/05. Há muito tempo que a imprensa vem publicando matérias que dão conta de que o crime deixou de ser mera questão de segurança pública, se é que o foi um dia. Cito essa entrevista apenas porque é o testemunho de uma autoridade que lida com o problema.

¹⁰ Entrevista de César Benjamin, ao jornal Brasil de Fato, de julho de 2005. “Toda a minha militância, desde que saí do PT em 1995, foi para tentar advertir que a trajetória do partido conduziria a esquerda brasileira à maior crise de sua história. Disse isso várias vezes – a primeira delas no próprio encontro nacional do PT no Espírito Santo, diante de 800 delegados – e paguei muito caro: calúnia, censura, isolamento. Nesse encontro, usei a expressão “ovo da serpente” para me referir ao caixa dois feita na campanha de 1994, à revelia da direção.”

ética na política, o que se tornou uma espécie de marca do partido¹¹, a ponto de irritar lideranças de outros partidos.

Como, desde então, os escândalos de corrupção têm se sucedido um após outro sem dar tempo a que o anterior seja esquecido, estabeleceu-se o dilema *tostines*, ou seja, a interpelação pela ética na política foi impulsionada pela série de escândalos de corrupção, ou estes emergiram impulsionados por aquela? O fato é que desde Collor até hoje escândalos de corrupção e apelo pela ética na política não cessaram mais¹².

A segunda consideração, complementar da primeira, é que ao realizar essa inflexão, o PT passou a dirigir as lutas políticas dos trabalhadores no sentido de desempenhar a função política de classe-apoio na relação de dominação de classe; na medida em que a dicotomia Estado/sociedade desloca o foco das disputas políticas do conflito entre capital e trabalho para divergências sobre a gestão do Estado, sem pôr em questão seu caráter burguês, posto que concebido como universal, constituindo-se a sociedade um pólo em que os diversos interesses podem ser conciliados, desde que respeitados os princípios éticos republicanos. Soma-se a isso a centralidade conferida ao processo eleitoral na disputa pela hegemonia¹³.

Ora, essa concepção de Estado, de sociedade e do campo da luta política implica a adoção da idéia de interesse público – ao qual se subordinam os interesses particulares – como elemento norteador da ação política; todavia, numa formação social capitalista esse interesse não pode ser definido senão em termos normativos-formais, abstraídos os lugares de dominação e subordinação das relações capitalistas de produção e seus reflexos necessários nas demais relações sociais e, conseqüentemente, a legitimação jurídico-política dos interesses do capital. Com isso, a via adotada pelo PT levou à subordinação política dos interesses dos trabalhadores aos do capital, ainda que a retórica insistisse num certo matiz classista.

Advirta-se que a explicação de cariz biológico de que tal inflexão é um germe incubado desde 1980 e nascido em 2002 constitui um grave erro metodológico da crítica, na medida em que perde de vista a história das lutas de classes no período e como elas repercutiram nas várias correntes do partido, além de apenas tomar pelo lado negativo o mito da origem que os próprios petistas sustentam ao propor a refundação do partido.

¹¹ É importante assinalar que os documentos resultantes dos encontros do partido continuaram sustentando uma retórica classista, em contraste com a retórica e a orientação política efetiva das lideranças partidárias através da mídia.

¹² No período, como repercussão desse debate, foram aprovadas várias leis visando ao combate à corrupção: Lei 8.429/92, dispondo sobre sanções a agentes públicos por enriquecimento ilícito; Lei 8.666/93 estabelecendo normas mais rígidas para licitação; Lei 8.730/93 estabelecendo obrigatoriedade de declaração de bens e renda para o exercício de função pública, e a Lei 9.840, de iniciativa popular, visando ao combate à corrupção eleitoral.

¹³ Resoluções, 1998, p 512.. A rigor, o processo eleitoral pode ser um instrumento de disputa da hegemonia na sociedade a um partido popular, desde que ele não opere o deslocamento do foco do conflito.

Entretanto, o mais importante, é que tal interpelação, anódina do ponto de vista do antagonismo de classe, casava e casa muito bem com a interpelação da estabilidade adotada pela burguesia para trazer à luz do dia o projeto neoliberal. No início dos anos 1990 havia condições favoráveis para a bandeira da estabilidade, pois uma década de hiperinflação predisusera as classes trabalhadoras à aceitação de qualquer medida que pusesse fim à instabilidade monetária e seus efeitos perniciosos para as condições de vida dessas classes.

Desse casamento oportunista entre a bandeira da estabilidade e a da ética na política nasceram alguns filhos teratológicos, sendo o mensalão o caçula. A conseqüência de maior impacto desse casamento sobre as lutas populares foi a adesão do PT ao ideário neoliberal. Todavia, o PT não abraçou o ideário neoliberal por completo e de uma vez por todas. Foi abraçando aos poucos e envergonhado e, à medida que abraçava, amenizava seu discurso classista até subordiná-lo completamente aos interesses do capital¹⁴; sobretudo, substituindo a organização política de base pela de aparelhos meritocráticos os mais diversos: aí incluídos o próprio partido, os sindicatos, institutos, ONGs etc.

Nesses aparelhos¹⁵, em lugar da transformação da sociedade conforme os interesses – nesse caso, fundamentais – da classe trabalhadora, discutia-se e elaborava-se propostas de políticas públicas compensatórias para as camadas pauperizadas, propostas de políticas econômicas de crescimento com estabilidade, medidas para aumentar a competitividade da economia brasileira, medidas e modelos para garantir o controle cidadão das contas públicas etc..

Ressalve-se que algumas dessas propostas, assim como a idéia de publicização do Estado, têm seu valor quando subordinadas a uma política de classe para os trabalhadores, mas tomadas abstratamente, como se costuma fazer, torna-se mera interpelação ideológica burguesa.

Enfim, o PT tinha se transformado de um partido popular contra a ordem em um partido da ordem. Mas esse transformismo não bastava, era preciso demonstrar disposição de aprofundá-lo. E a demonstração veio com as eleições de 2002, quando o partido demonstrou disposição para fazer qualquer concessão para obter o apoio eleitoral da burguesia. A Carta ao Povo Brasileiro, de 22 de junho de 2002 visava, simultaneamente, desfazer a má impressão causada ao mercado financeiro pelas resoluções do XII Encontro do PT, bem como acalmá-lo.

¹⁴ Se as resoluções do I Congresso do PT já apresentavam tal subordinação, os sinais se acentuaram após as eleições de 1998, quando Lula declarou que só seria candidato outra vez se fosse para ganhar. Era a senha para uma aliança de centro-direita, adesão ao marketing político e toda concessão que a competição eleitoral exigisse.

¹⁵ Destacam-se, entre eles, o Instituto Cidadania e o Instituto Florestan Fernandes. A medida que esses institutos adquiriam importância como centros de debate, perdia importância as comissões do partido formada por limitantes ligados aos temas em debate.

Nessa Carta, o mercado financeiro deixa de ser o escoadouro da riqueza nacional para ser referido como simples contratante cujos interesses devem ser juridicamente garantidos pelo Estado:

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

Pode-se argumentar contrariamente à análise aqui desenvolvida que esse sinal de segurança ao setor financeiro era necessário, pois, de outro modo, sobreviria a temida instabilidade e, com ela, a derrota eleitoral. O problema desse argumento é a confissão envergonhada justamente daquilo que se quer negar: a contradição entre a determinação econômica e a legitimidade popular; contradição que tem de ser contornada por uma reiterada negação discursiva, enquanto é afirmada nas políticas efetivas de Estado. Acrescenta-se que faz parte desse movimento de capitulação a garantia dada ao FMI¹⁶ de apoio aos termos do acordo firmado em agosto de 2002.

2003, a posse, reitera 2002, a campanha. Em janeiro, após a festa da posse, concebida para alimentar o sentimento popular de que “um dos nossos chegara ao poder” e anunciar o Fome Zero como política compensatória, o governo vira-se para a burguesia e anuncia o contingenciamento de R\$ 14 bilhões, de um orçamento que já era parcimonioso em relação aos serviços sociais, e, para o capital financeiro internacional, a elevação unilateral do superávit primário de 3,75% para 4,25%. Era o tal choque de confiança que o presidente precisava para governar.

Essa combinação de política pública compensatória, dotação orçamentária parcimoniosa para os gastos sociais, taxa de juros estratosférica e superávit primário elevado¹⁷ para garantir o serviço da dívida, sinalizando disposição de manter o projeto neoliberal, deu a tônica dos três primeiros anos do governo.

Esse quadro leva à indagação: como o governo conseguiu manter índices de popularidade tidos como razoáveis e Lula aparecer como favorito nas sondagens eleitorais até a emergência dos escândalos de corrupção? A resposta deve ser buscada na combinação das interpelações ideológicas, acima mencionadas, com o caráter de partido popular do PT. Por outras palavras, dificilmente um partido da ordem conseguiria dar sobrevida ao

¹⁶ New Brief n.º 02/85, de 07/08/02, www.imf.org.

¹⁷ R\$ 66,2 bilhões em 2003, R\$ 81,1 em 2004 e 93,5 em 2005. 3,89%; 4,25% e 4,84 % respectivamente. *Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*, de 31/01/06.

projeto neoliberal. Evidentemente que ao fazer isso, o PT transita do campo popular para o da ordem; todavia, essa transição não é integral e unívoca, posto que pesa sobre o partido as cobranças dos compromissos com o campo popular e, ironicamente, sua aceitação nas fileiras dos partidos da ordem pela burguesia depende da contenção desses compromissos em limites aceitáveis para ela, o que leva muitas lideranças à ambigüidade e hesitação, sobretudo aquelas que nunca tinham se colocado a definição ideológica como questão central da ação política.

Enquanto o governo dava prosseguimento à política neoliberal, conduzindo a economia para a satisfação dos interesses do capital financeiro e promovendo reformas que retiravam direitos dos trabalhadores, interpelava as classes populares com os benefícios dos programas sociais¹⁸, a criação de novos empregos¹⁹, o suposto redirecionamento da economia que permitiria a adoção de novo modelo de desenvolvimento no almejado segundo mandato etc.

Evidentemente, por várias razões não é crível a tese de um governo em dois mandatos: o primeiro para pôr ordem na casa, ou seja, romper com os imperativos da política neoliberal, e o segundo, para a adoção de outro modelo de desenvolvimento. Primeira, pelas simples contradição lógica de que o mandato acentuou a política neoliberal; segunda, porque se o governo pretendia ou acreditava na possibilidade de renegociar os termos do “contrato” com o mercado (eufemismo para o setor financeiro), era de se esperar o fortalecimento do debate nessa direção no CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo próprio governo como fórum para tratar das grandes questões nacionais – o que não houve²⁰; terceira, que não há registro histórico de passagem sem turbulência de um regime de produção dominado pelo setor financeiro para outro.

Para finalizar, convém acrescentar os seguintes programas: PAPI – Programa de Atendimento à Pessoa Idosa; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; PROUNI – Programa de Inclusão Universitária; Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência; Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;

¹⁸ 8,7 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família; 1,8 pelo Bolsa Escola; 24 mil pelo Bolsa Alimentação; 83 pelo Cartão Alimentação e 3 pelo Auxílio Gás. Dados do Ministério de Desenvolvimento Social.

¹⁹ 3,2 milhões de novos empregos formais. Dados do Ministério do Trabalho.

²⁰ “Então, a política monetária vigente, além de todos os efeitos negativos sobre investimentos, consumo e emprego, é de alto risco a médio e longo prazos. Ao permanecer promovendo a valorização câmbio, tal política irá, paulatinamente, minando os saldos comerciais e os superávits em contas correntes, assim como desestimulando o fechamento de novos contratos de exportação e, especialmente, decisões de investimentos na expansão da capacidade produtiva. O resultado é a queda recorrente da capacidade de se constituir reservas cambiais robustas e estruturais e a elevação, sobremaneira e desnecessária do risco de revivermos crises.” Advertência contida em artigo intitulado Câmbio e Sustentabilidade Econômica a Médio e Longo Prazos, do conselheiro Luiz Carlos Delben Leite, em maio de 2005, no sítio da Secretaria da Presidência da República.

Programa de Atendimento à Criança de Zero a Seis Anos e Programa de Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, além do Fome Zero, carro-chefe da política social do governo.

Para compreender o efeito legitimador desses programas, em contraste com a execução das políticas neoliberais, é preciso ter em vista que a execução deles está em consonância com a idéia já consolidada pela ofensiva neoliberal de que os problemas sociais devem ser combatidos em parceria do Estado com a sociedade civil, representada por organizações para-estatais autodenominadas terceiro setor, apesar dos seus efeitos pífios (Boito Jr., 1999 e Coutinho, 2003). Soma-se a isso, o fato de que um grande número dessas organizações – de variados portes – é dirigido por militantes petistas que substituíram a mobilização dos movimentos pela de recursos da comunidade para atender às pessoas que antes seriam mobilizadas para os movimentos.

Essa simbiose entre partido e organizações de assistência oriundas dos movimentos criou um espaço contínuo entre militância partidária, execução de políticas públicas e defesa do governo. Com isso, criou-se uma relação solidária entre agentes localizados em diferentes posições (agências estatais, organizações para-estatais e os setores mobilizados das camadas populares) na luta política, turvando tanto a margem da crítica interna como da base social do partido.

Bibliografia

- BOITO Jr. A. (1999) *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- BRUNHOFF, S. (1985). Estado e Capital: uma análise da política econômica. *Rio de Janeiro: Forense Universitária*.
- CERRONI, U. (1982). *Teoria dos Partidos Políticos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- COUTINHO, J. (2004). *ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil*. Tese de Doutorado: PUC-SP.
- DINIZ, E. (1982). *Voto e Máquina Política – patronagem, e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FIGUEIREDO, R (org.) (2000). *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
- JESSOP, B. (1985). *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*. London: Macmillan Publishers.
- MARX, K. (1980) “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo: Alfa-Ômega.
- _____. (1988) *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- NOUR, S. (2004). “O legado de Kant à filosofia do direito”. In: *Prisma Jurídico*, vol. 3, São Paulo: Uninove.
- PASUKANIS, E. B. (1989). *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar.

- PINHEIRO, J. (2000). *Ação Política, Ideologias e Interesses – o município de São Paulo 1989/1996*. Tese de Doutorado: PUC-SP.
- POULANTZAS, N. (1969). “Marx y el derecho moderno”. In: *Hegemonía y Dominación en el Estado Moderno*. Cuadernos Pasado y Presente, Córdoba: Siglo XXI.
- _____. (1977) *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1985). *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal.
- SAES, D (1998). *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/Unicamp.
- WRIGHT, E. O. (1981). *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar.